



## **06 DE NOVEMBRO DE 2018**

### **Terça-feira**

- FEIRAS DE NEGÓCIOS CRESCERÃO 15% NO ANO QUE VEM, DIZ SETOR
- COMÉRCIO E SERVIÇOS: GOVERNO AMPLIA LISTA DE SERVIÇOS ELEGÍVEIS ÀS OPERAÇÕES DE ACC E ACE
- SUPERMINISTÉRIO DA ECONOMIA QUER TER COMANDO DA CAMEX
- PORTAL ELETRÔNICO DEVE REDUZIR TRÂMITE BUROCRÁTICO DE IMPORTAÇÕES
- MUDANÇA NO REINTEGRA AFETA EXPORTADORES
- BRASIL PODE PERDER INVESTIMENTOS ÁRABES COM EMBAIXADA EM JERUSALÉM
- REAÇÃO ÁRABE PODE TER IMPACTO NAS EXPORTAÇÕES
- BNDES PODE DEVOLVER R\$ 40 BI À UNIÃO
- ABERTURA COMERCIAL FRUSTRADA DE TEMER TERIA IMPACTO EQUIVALENTE A ACORDO COM UE
- PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA CAIU 4,8% EM SETEMBRO, DIZ ABINEE
- 'INVESTIMENTOS SEGUEM OBJETIVOS, NÃO GOVERNO', DIZ SUPERINTENDENTE DA ANBIMA
- GUARDIA CRÍTICA PROPOSTAS DE BOLSONARO PARA A ECONOMIA
- BOLSONARO QUER IDADE MÍNIMA PARA SERVIDOR E DESCONFIA DE CAPITALIZAÇÃO
- QUASE UM ANO APÓS REFORMA, AÇÕES TRABALHISTAS CAEM 38%
- FÉRIAS COLETIVAS DEVEM SER ACORDADAS ENTRE EMPREGADOR E FUNCIONÁRIO
- EMPREGADORES AINDA TÊM RECEIO DE APLICAR A REFORMA TRABALHISTA
- 'JUÍZES ESTÃO EM PAZ COM REFORMA TRABALHISTA, MAS VOLUME DE AÇÕES VAI SUBIR', DIZ BATISTA BRITO PEREIRA

- INFORMALIDADE BATE RECORDE NO PAÍS E JÁ ATINGE 43% DOS TRABALHADORES
- COM DUPLICATA ELETRÔNICA, TAXA PARA ANTECIPAR DINHEIRO A RECEBER PODE CAIR 2 PONTOS
- BOLSA SOBE MAIS DE 1% E FECHA ACIMA DE 89 MIL PONTOS, NOVA MÁXIMA HISTÓRICA
- IPC-C1 (BAIXA RENDA) SOBE 0,53% EM OUTUBRO APÓS 0,20% EM SETEMBRO, DIZ FGV
- ATA: PROJEÇÃO DO IPCA 2018 (CENÁRIO DE MERCADO) ESTÁ EM 4,4%, COMO NO COMUNICADO
- EVOLUÇÃO DO CENÁRIO E DO BALANÇO DE RISCO PRESCREVE MANUTENÇÃO DA SELIC, DIZ ATA
- EMPRESAS ESTUDAM MUDAR MP DO SANEAMENTO PARA APROVAR REGRAS AINDA NESTE GOVERNO
- PETROBRAS ELEVA PREÇO DO GÁS DE COZINHA RESIDENCIAL EM 8,5%
- HONDA ANUNCIA RECALL DE 19 MIL CARROS DO MODELO HR-V
- TESLA É INTIMADA SOB SUSPEITA DE ENGANAR INVESTIDOR NOS EUA
- GERDAU CONCLUI VENDA DE ATIVOS NO RAMO DE VERGALHÃO NOS EUA
- CONTINENTAL COMPRA FABRICANTE DE ANTENAS AUTOMOTIVAS KATHREIN
- TOYOTA ABRE TERCEIRO TURNO EM SOROCABA E PORTO FELIZ
- AUMENTO DO CONSUMO EM 2019 DEVE IMPULSIONAR PRODUÇÃO DE EMBALAGENS
- GM VÊ OPORTUNIDADE DE REDISSCUSSÃO DE ROTA 2030; VENDERÁ ELÉTRICO BOLT NO BRASIL EM 2019

<b>CÂMBIO EM 06/11/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,741	3,742
<b>Euro</b>	4,271	4,273

**Fonte: BACEN**

## **Feiras de negócios crescerão 15% no ano que vem, diz setor**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### **Setor espera, porém, que área locada permaneça nos mesmos patamares deste ano**

O ano que vem terá ao menos 14 feiras de negócios a mais do que o realizado em 2018, de acordo com a Ubrafe (união dos promotores). O valor representa uma alta de 15%.

Apesar disso, o setor espera que a área total locada pelas empresas permaneça nos mesmos patamares deste ano (de aproximadamente 2,3 milhões de metros quadrados), segundo Armando Campos Mello, presidente da entidade.

“Tivemos uma retração da área em exposição da ordem de 30% durante os últimos três anos. A tendência era de consolidação de eventos. Agora, voltaremos a ver mais feiras de nicho e desmembradas, como antes da crise”, diz.



Abertura do Salão do Automóvel, em São Paulo, em 2016 - Jorge Araujo - 10.nov.16/Folhapress

“Esperamos maior visitação. Os preços das locações de espaço, porém, ainda devem permanecer estáveis”, afirma Jorge Alves de Souza, do Sindiprom-SP (das organizadoras).

“Projetamos um crescimento de 10% para 2019, impulsionado por sinergias de custo e alta no número de expositores. Temos reposto a inflação nos preços”, diz Marco Antonio Basso, presidente do Grupo Informa, que realiza 30 eventos no país.

“Faremos 20 feiras, duas delas serão lançamentos. Já estamos com 80% dos espaços vendidos, o que é um bom número”, afirma Fernando Fischer, da Reed Exhibitions Amcantara Machado, que tem o Salão do Automóvel no portfólio.

O setor de energia, o agronegócio e o automotivo estão entre os mais aquecidos, diz ele.

“O varejo deverá crescer ao menos 3% e, com isso, os eventos do segmento deverão ter reação”, diz Jeferson Santos, CEO da Couro Moda.

## **Comércio e Serviços: Governo amplia lista de serviços elegíveis às operações de ACC e ACE**

06/11/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 05-11-2018)

Portaria determina que operações de crédito cobrirão todos os serviços da NBS que se enquadrem como ‘exportação de serviços para o exterior’

Desde a última quinta-feira (10/11) as operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) cobrirão todos os serviços que, classificados na Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS), se enquadrem como “exportação de serviços para o exterior do país”.

É o que determina a Portaria nº 1818-SEI, de 30 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

O texto substitui a Portaria nº 210 e define que são “exportação de serviços” os “serviços prestados por residente ou domiciliado no Brasil a residente ou domiciliado no exterior, cujo consumo, fruição, uso, exploração ou aproveitamento ocorra no exterior, inclusive quando se verifique, no território nacional, a prestação de serviços ou a entrega de bens a ela vinculados”.

A secretária de Comércio e Serviços substituta, Renata Carvalho, explica que esta era uma demanda antiga de operadores do sistema financeiro brasileiro e entidades representativas do setor de serviços no Brasil.

“A alteração que fizemos neste momento possibilita que todos os exportadores de serviços possam se beneficiar do financiamento pelo ACC e ACE. Esta é, então, uma medida de simplificação que equaliza as condições de acesso dos exportadores de bens e de serviços e que possibilita o acesso a um crédito focado em exportações e, portanto, com condições mais benéficas”, diz.

Carvalho destaca ainda que a conceituação de “exportação de serviços” foi elaborada a partir de proposta da SCS e que, com o apoio da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), foi articulada com diversos órgãos do Governo Federal relacionados ao tema e com entidades representativas do setor privado e especialistas em tributação.

“A portaria está em linha com as demandas do setor produtivo e do sistema financeiro e bancário. Ela amplia as possibilidades de utilização desses importantes mecanismos creditícios, os ACCs e ACEs, e reforça, desta forma, as exportações brasileiras de serviços”, explica.

### **ACC e ACE**

O ACC é uma antecipação de recursos em moeda nacional (reais) ao exportador por conta de uma exportação (prestação de serviço) a ser realizada no futuro.

Já o ACE ocorre após o embarque da mercadoria para o exterior (ou da prestação do serviço) mediante a transferência ao banco que concede o crédito dos direitos sobre a venda a prazo.

## **Superministério da Economia quer ter comando da Camex**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O principal alvo da equipe de Paulo Guedes ao propor a fusão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) ao futuro Superministério da Economia é o comando da secretaria executiva da Camex, uma estrutura poderosa que administra as tarifas do comércio exterior. A estrutura é avaliada como lenta e burocrática e suas decisões, contrárias à orientação da política econômica do Ministério da Fazenda.

A ida da Camex para a esfera da Fazenda é uma antiga ambição da pasta. São constantes os conflitos entre a Receita Federal e outras áreas do ministério com a Camex. Para a equipe de Bolsonaro, a governança da Camex é “capturada com uma visão pró-indústria” e a Câmara precisa de uma política “harmoniosa” com a Fazenda.

Técnicos da Fazenda veem como positivo o maior controle sobre a Camex e “dispensam” até mesmo a fusão com as demais áreas do Mdic. No início de seu governo, o presidente Michel Temer quis acabar com o Mdic, mas preservou a Camex. A secretaria do colegiado migrou para o Itamaraty, dentro do plano de dar uma

“pegada” econômica à chancelaria. Não deu certo e a secretaria executiva voltou para o guarda-chuva do Mdic.

Em janeiro, por pressão da Fazenda, a Camex barrou a aplicação de medidas antidumping na compra de laminados de aço da China e da Rússia. A decisão foi tomada apesar de haver um parecer da área técnica do Mdic apontando para a prática de concorrência desleal na venda dos produtos e que isso prejudicou empresas brasileiras, o que indicava a necessidade de aplicação de medida antidumping. O caso escancarou a disputa entre Fazenda e Mdic e a posição da área econômica prevaleceu.

“Paulo Guedes quer ter controle da Camex e do Mdic porque acha que são protecionistas. Mas grande parte das exceções setoriais foram criadas pelo próprio Ministério da Fazenda. Há um erro conceitual nessa proposta”, afirma o ex-secretário de Comércio Exterior e consultor Welber Barral.

### **Portal eletrônico deve reduzir trâmite burocrático de importações**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois de conseguir que 100% das exportações sejam feitas por meio do Portal Único de comércio exterior, o governo começará até o fim do mês a desembaraçar também as importações por essa janela única. A ideia é que os importadores consigam todas as licenças e façam todos os trâmites no mesmo portal eletrônico, o que facilitará o processo e reduzirá tempo.

O secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Abrão Neto, disse que, com o novo instrumento, o prazo médio para as mercadorias que entram no País cairá de 17 dias para 10 dias.

O Portal Único vem sendo discutido há anos e é uma das grandes reivindicações de importadores e exportadores para desburocratizar o comércio exterior. Vem sendo implementado de maneira gradual: desde o fim do ano passado, começou a ser utilizado para as exportações. Desde julho, tudo o que é exportado pelo Brasil é pela janela única.

Segundo estudo do Mdic, quando o portal estiver funcionando plenamente, haverá uma economia de 1,5% do PIB. Além do portal, de acordo com Neto outras iniciativas estão sendo preparadas, como a redução de produtos que exigem licença de importação – hoje cerca de 60% dos importados – e a inspeção física de produtos em um só momento por diversos órgãos.

“Hoje, a carga chega no porto e tem que ser fiscalizada em um momento pela Receita, em outro pela Anvisa, em outro pelo Ministério da Agricultura. A ideia é que seja feito de uma vez só, para ganhar tempo.”

A facilidade de fazer comércio com outros países é um dos quesitos avaliados pelo Banco Mundial em seu relatório “Doing Business”. No deste ano, o Brasil passou da 125ª para a 109ª posição, e a avaliação do governo brasileiro é que o País poderá melhorar ainda mais no ranking com a entrada em vigor do portal também para a importação.

O novo processo de importação beneficiará mais de 40 mil importadores. Desde outubro, foi iniciado um projeto piloto com cerca de 20 grandes importadores, como a Embraer, para testar as funcionalidades do site.

Pioneira na utilização do portal, a Embraer afirmou, por meio de sua assessoria, que a iniciativa representou um grande avanço para as operações de comércio exterior.

## **Mudança no Reintegra afeta exportadores**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

Exportadores brasileiros reclamam das constantes alterações de alíquotas no programa Reintegra, regime que devolve de 0,1% a 3% da receita com exportação como forma de compensar o pagamento de impostos na cadeia de produção.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que, apesar de 66% das empresas considerarem que o regime funciona bem, as alterações constantes na alíquota do programa representam um dos principais entraves para o setor para metade dos entrevistados. Outros 19% reclamam da imprevisibilidade sobre a manutenção do regime.

Com o intervalo da alíquota estabelecido em lei, o governo muda o percentual com frequência, o que atrapalha a previsibilidade das empresas. Em maio, para compensar parte das medidas adotadas para debelar a greve dos caminhoneiros, o governo reduziu de 2% para 0,1% o percentual.

“A manutenção do Reintegra, bem como de sua alíquota constante, é fundamental para que as empresas tenham segurança jurídica e tomem suas decisões de investimentos. Além disso, ao permitir a recuperação de impostos pagos ao longo da produção, o programa contribui para a promoção das exportações como alavanca para o crescimento da economia brasileira, do emprego e da renda”, afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi. A CNI ouviu 143 empresas exportadoras.

## **Brasil pode perder investimentos árabes com embaixada em Jerusalém**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 02-11-2018)

### ***Presidente da Câmara de Comércio diz que países têm planos para investir em infraestrutura***

A mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém pode "riscar" as relações comerciais entre o Brasil e os países árabes, de acordo com Rubens Hannun, presidente da Câmara de Comércio Árabe Brasileira.

Em entrevista a jornal israelense, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), afirmou que "Israel é um Estado soberano. Vocês decidem que é sua capital e nós vamos segui-los".

Juntos, os países árabes são o segundo maior comprador de proteína animal brasileira. Em 2017, as exportações somaram US\$13,5 bilhões e o superávit para o Brasil foi de US\$ 7,17 bilhões.

Para Hannun, a mudança da embaixada pode abrir as portas para países concorrentes do Brasil no setor de proteína animal, como Turquia, Austrália e Argentina.

"Já tivemos ruídos com a [Operação] Carne Fraca e com a paralisação dos caminhoneiros, mas conseguimos superar. Temos a fidelidade dos países árabes", afirma. Para Hannun, porém, a questão da embaixada é algo muito mais forte e sensível.

O mal-estar gerado pelo alinhamento do governo Bolsonaro à decisão de Israel de mudar a capital de Tel Aviv para Jerusalém, segundo o presidente da câmara de comércio, pode espantar os planos árabes para o Brasil. Além do risco de perda nas vendas, Hannun afirma que o país pode deixar de receber investimentos em infraestrutura dos países árabes.

Ele diz que pretende apresentar um estudo ao novo governo com os projetos de investimento da Liga Árabe no Brasil.

"Cerca de 40% dos fundos soberanos estão nesses países e eles já demonstraram interesse em investir em infraestrutura no país, como estradas, ferrovias e elétricas. São planos futuros que podem ser cortados", diz.

O setor de infraestrutura já é um dos pontos prioritários do novo governo.

Segundo assessores, as primeiras obras a serem tocadas devem ser a conclusão da BR 163 —que o agronegócio quer pronta rapidamente por ser a principal via de escoamento da safra do Centro-Oeste— e a concessão de ferrovias para a iniciativa privada, para que possam se conectar a portos, caso da Ferrovia Norte-Sul, Fiol, Ferrogrão e Fico.

O governo ainda discute a criação de um superministério de Infraestrutura.

## **A MUDANÇA**

Estados Unidos e Guatemala transferiram suas embaixadas para Jerusalém em maio, um passo polêmico que significa reconhecer a cidade como capital.

O Estado judeu considera toda a cidade de Jerusalém como sua capital, enquanto os palestinos aspiram tornar Jerusalém Oriental a capital do seu futuro Estado.

Israel ocupa Jerusalém Oriental desde a guerra de 1967 e posteriormente a anexou, ato nunca reconhecido pela comunidade internacional.

Para a comunidade internacional, o status da Cidade Sagrada deve ser negociado por ambas as partes e as embaixadas não devem se estabelecer lá até que um acordo seja alcançado.

## **Reação árabe pode ter impacto nas exportações**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

Uma retaliação dos países árabes ao Brasil por conta de declarações pró-Israel do presidente eleito Jair Bolsonaro teria impacto negativo nas exportações brasileiras a médio prazo, especialmente de carnes, segundo especialistas em comércio exterior ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O Brasil é o maior exportador de carne Halal do mundo, isto é, com os animais abatidos sem sofrimento, seguindo os preceitos da religião muçulmana. Nos frigoríficos certificados por religiosos muçulmanos, as linhas de abate, por exemplo, estão voltadas para a Meca.

"Não acredito em rompimento de relações diplomáticas e comerciais, mas os árabes poderão preferir outros concorrentes brasileiros, não certificar novas plantas para o abate Halal ou não renovar a certificação", alerta Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério de Indústria e Comércio. Ele destaca que o mercado árabe paga preço adicional pelo produto Halal.

No ano passado, as exportações de frango Halal, por exemplo, renderam ao País US\$ 3,2 bilhões e responderam por 45% das receitas totais de vendas externas do produto, segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), "algumas palavras políticas hoje poderão ter reflexos negativos na área econômica", ressalta. Na sua opinião, todos os desencontros que ocorreram na semana pós-eleição mostram a descoordenação do novo governo. "O reflexo negativo

recai na economia e, no caso das exportações, o dano só não será maior porque não há fornecedores alternativos a alguns produtos”, pondera.

Castro destaca que, juntos, os países do Oriente Médio representaram 4% das exportações totais brasileiras de janeiro a outubro deste ano, cerca de US\$ 8 bilhões, uma participação superior à da África, que foi de 3,4%. O economista ressalta que os países árabes têm muito dinheiro e, por isso, são mercados com potencial de crescimento muito grande.

O presidente da AEB lembra que o Egito é um dos poucos países que o Brasil tem acordo comercial porque negocia muitos produtos, cerca de 800. Isso significa que, a princípio, a retaliação que o país poderia fazer em relação aos produtos brasileiros não seria imediata porque existe um precedente que é o bom relacionamento.

De toda forma, o mercado já coloca no radar os efeitos negativos no lado comercial. A XP Investimentos, por exemplo, informou, por meio de nota, que “ainda que nada tenha sido confirmado, a mesa de Commodities da XP Investimentos chama a atenção para os possíveis impactos futuros desta medida ao agronegócio brasileiro, seja por parte do Egito ou por parte de algum dos outros países envolvidos no conflito Palestina/Israel”. O Egito foi o 3.º maior comprador da carne bovina brasileira, 146,95 mil toneladas e participação de 12,1%.

Procurada, a Abiec, que reúne os exportadores de carne não quis se pronunciar. A ABPA, por meio de nota, disse que “acredita que esta questão será novamente avaliada no início do novo governo.”

Para o diretor da MB Agro, José Carlos Hausknecht, o estremecimento das relações entre Brasil e Egito pode afetar as vendas de açúcar para os países árabes. O Brasil exporta cerca de 28 milhões de toneladas de açúcar por ano-safra. Só para o Egito, foram embarcadas no ano passado 1,5 milhão de toneladas.

“Não dá para se ter um impacto sobre as exportações ainda, mas o bloco árabe é um importante mercado para o Brasil”, disse Hausknecht. Procurada a União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica) não se posicionou.

## **BNDES pode devolver R\$ 40 bi à União**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O BNDES tem capacidade de devolver pelo menos R\$ 40 bilhões a mais ao Tesouro Nacional em 2019, além dos R\$ 26,6 bilhões que já foram acertados. A estratégia de reduzir o peso do banco público, com a devolução antecipada dos R\$ 416 bilhões aportados pelo Tesouro entre 2008 e 2014, começou no governo Michel Temer e deve ser acelerada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo apuraram o jornal O Estado de S. Paulo e o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), Guedes já sinalizou para a atual equipe econômica que tem intenção de intensificar a devolução para abater a dívida pública. A medida está em discussão na equipe de transição, informou uma fonte que acompanha as discussões e pediu anonimato.

Nas contas do diretor financeiro do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas, o banco poderia devolver R\$ 40 bilhões a mais, se os desembolsos de 2019 ficarem entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões e não houver necessidade de devoluções ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Técnicos da atual gestão do Ministério da Fazenda consideram que é possível um retorno entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões, de acordo com fontes credenciadas.



Em julho passado, o BNDES firmou com o Tesouro Nacional uma reestruturação da dívida com a União, antecipando o prazo final de 2060 para 2040. Com a renegociação, o pagamento anual da dívida foi elevado. De 2019 a 2022, ao longo do primeiro mandato de Bolsonaro, as devoluções somarão R\$ 102,8 bilhões, em torno de R\$ 25 bilhões ao ano.

O espaço adicional para ampliar a devolução de 2019 viria da posição atual do caixa do BNDES. Com desembolso para empréstimos em baixa, por falta de demanda por crédito de longo prazo, o caixa é tal que o banco teria capacidade máxima de liberar até R\$ 150 bilhões em 2019, na estimativa do presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, disse em entrevista recente ao jornal O Estado de S. Paulo.

## **FAT**

Por isso, a estimativa de devolução feita por Freitas dependeria de os desembolsos de 2019 não passarem de R\$ 80 bilhões, patamar semelhante ao projetado para este ano. Também dependeria de o BNDES não precisar devolver valores para o FAT.

O projeto de Orçamento de 2019 prevê uma devolução em torno de R\$ 20 bilhões, segundo Freitas, mas o valor final pode ser até zero, dependendo dos gastos do FAT com o seguro-desemprego.

Para o diretor do BNDES, “tudo o mais constante”, não haveria necessidade de o banco de fomento liberar mais do que R\$ 80 bilhões no próximo ano. “Vai crescer (a demanda), mas não tão rápido assim. Se não crescer mais do que isso, há espaço, sim, para antecipar um pouco mais ao Tesouro Nacional”, afirmou Freitas.

A estimativa dos técnicos do Ministério da Fazenda leva em consideração um crescimento econômico de 2% a 2,5% no primeiro ano do governo Bolsonaro, o que pressionaria pouco a demanda por crédito.

Ampliar a devolução antecipada por parte do BNDES estaria de acordo com uma das prioridades de Guedes no próximo governo – o futuro ministro da Economia tem dito que abater a dívida pública é importante para reduzir os gastos com juros. De 2015 a 2018, o BNDES já devolveu R\$ 309 bilhões ao Tesouro, incluindo R\$ 130 bilhões este ano.

## **Abertura comercial frustrada de Temer teria impacto equivalente a acordo com UE**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Estudo da FGV analisa proposta de redução de tarifa de importação; abertura tem resistência de setores***

A proposta de abertura comercial defendida pelo governo Michel Temer, mas atualmente paralisada, geraria um impacto positivo no PIB brasileiro equivalente ao que seria observado em caso de acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

A conclusão é de estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) encomendado pelo governo.

A equipe econômica propõe uma redução das tarifas sobre importações de bens de capital e de informática para um percentual único de 4% até 2021.

O governo argumenta que a mudança “reduziria distorções econômicas e aumentaria a competitividade da indústria nacional”.

A discussão foi apresentada pelo governo à Camex (Câmara de Comércio Exterior), órgão que tem o poder de reduzir as tarifas através de uma resolução. A proposta está parada.

De acordo com o estudo da FGV, a redução dos tributos de importação sobre esses insumos industriais teria impacto positivo sobre o PIB que cresceria gradualmente até chegar em 0,5% em 2030.

O resultado de um acordo com a União Europeia seria semelhante, com impacto final no PIB de 0,49%.

“A Camex trabalha muito por consenso. Tem ministérios que não são a favor. Mas agora a maioria é a favor de alguma coisa. E teremos um novo governo”, disse o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcello Estevão, que participou de seminário nesta segunda-feira (5) em Brasília, onde o estudo foi apresentado.

Outro ponto do documento mostra que o Brasil ainda é uma economia fechada em relação a outros países de características semelhantes. A abertura comercial, com redução de tarifas de importação, é um dos pontos defendidos pela equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro.

O tema, entretanto, não será de negociação pacífica. Setores da indústria, hoje protegidos, criticam a proposta.

No seminário desta segunda, por exemplo, os pesquisadores responsáveis pelo estudo foram alvo de questionamentos por representantes de entidades como a Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos) e a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil).

Os pesquisadores explicaram os efeitos negativos de o Brasil ter uma economia fechada e estar entre os países que mais criam barreiras comerciais. Os setores, por sua vez, argumentavam que benefícios direcionados podem ter efeito positivo para o país como um todo.

O secretário Marcello Estevão afirmou que em caso de redução de tarifas de importação, setores como o de indústria de máquinas poderiam ser um pouco prejudicados, mas todos os outros cresceriam.

Para ele, a política antidumping, que combate o comércio desleal entre países, é muito mais usada no Brasil “para proteger setores do que para punir incorreções”.

### **Produção da indústria eletroeletrônica caiu 4,8% em setembro, diz Abinee**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-11-2018)

A produção industrial do setor elétrico e eletrônico recuou 4,8% em setembro último comparado ao mesmo mês em 2017, segundo dados divulgados pelo IBGE e agregados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Esse desempenho ocorreu devido às quedas tanto da área eletrônica, de 8,3%, como da produção de bens elétricos, de 1,4%.

Na área eletrônica, o principal responsável pelo resultado foi o recuo da produção de aparelhos de áudio e vídeo, que vem ocorrendo nos últimos meses. Neste segmento estão classificados os televisores, que vinham contribuindo com o aumento da produção desde o ano passado, em virtude da Copa do Mundo de Futebol.

Já o desempenho da área elétrica sofreu influência da retração de 24,8% na produção de lâmpadas. Os únicos segmentos que cresceram, de acordo com a Abinee, foram os

geradores, transformadores e motores elétricos, com elevação de 2,6%. Em relação ao mês imediatamente anterior, a produção de bens do setor sofreu queda de 10,2%, com recuo tanto na área eletrônica, de 9,2%, como na elétrica, com queda de 11,2%.

Apesar dos resultados negativos registrados em setembro, no acumulado dos primeiros nove meses do ano, a produção industrial do setor eletroeletrônico aumentou 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho contou com a ampliação de 8% na produção de bens eletrônicos, uma vez que a área elétrica recuou 0,8%.

### **'Investimentos seguem objetivos, não governo', diz superintendente da Anbima**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-11-2018)

Mesmo um evento decisivo tal qual uma eleição presidencial – como a de Jair Bolsonaro (PSL) – não deve levar o investidor a fazer mudanças radicais em seus investimentos por medo de “ficar de fora”.

Para Ana Leoni, superintendente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a estratégia das aplicações financeiras deve seguir em primeiro lugar os objetivos do investidor, já que “as variáveis do governo tendem a se neutralizar no tempo”.

Para a educadora financeira, investimentos que estão na mira do mercado, como Bolsa, só são de fato oportunidades se estiverem alinhados aos propósitos de quem investe. “Senão, é mero risco”, diz.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

#### **O investidor deve se preocupar com a mudança de governo na hora de escolher suas aplicações?**

Sempre haverá algum evento. De quatro em quatro anos temos eleição presidencial, mas ao longo de 12 meses há redução de juros, mudanças macroeconômicas, mercado externo... Para o investidor menor, mais comum, essas variáveis podem ser observadas, mas não há impacto imediato nos investimentos mais cotidianos. Se o investidor tem clareza de seu propósito – como a aposentadoria, uma festa de 15 anos ou algum gasto para daqui um ano –, esses objetivos não mudam.

Num fundo, por exemplo, os gestores consideram os impactos do governo e ajustam os ativos para que seja respeitada aquela política do investimento. Se o objetivo da sua aplicação não mudou, as variáveis do governo tendem a se neutralizar no tempo. As pessoas têm o *fear of missing out* – medo de ficar de fora. Essa síndrome pode causar movimentos não saudáveis ao longo do tempo. Se o objetivo da aplicação não mudou, não há necessidade de mudar a estratégia de investimentos. O calendário tende a se neutralizar. Não é preciso fazer ajustes se o investimento foi bem pensado.

#### **Como fazer para investir agora – o 13.º, por exemplo –, em meio à mudança de cenário?**

É preciso entender e avaliar as oportunidades. Por exemplo: quem quiser comprar dólar agora porque a cotação caiu um pouco, pode; mas, se não for usar para viajar, não faz sentido. O objetivo tem de estar alinhado à janela de oportunidade. Se a Bolsa tem perspectiva de alta, quem quiser experimentar um movimento diferente pode entrar – mas só se puder tolerar risco. As pessoas pensam: aquela oportunidade está passando. Mas, têm de pensar: ela faz sentido para mim?

A Bolsa pode disparar, mas será que devo colocar o dinheiro reservado para a entrada do apartamento na Bolsa? A oportunidade pode se transformar em um fracasso. Nem

todas as oportunidades são para todo mundo. Elas só podem ser tratadas como oportunidade se estiverem alinhadas ao objetivo. Senão, é mero risco.

### **Nos últimos 4 anos, como vê o amadurecimento da relação do brasileiro com dinheiro?**

A gente fez a pesquisa do raio X do investidor e viu que o assunto está mais em pauta. A última crise veio para mostrar que é preciso cuidar mais do dinheiro. Antes, era assunto muito restrito, velado. Trabalho há 14 anos com educação financeira e vejo que esse assunto vem sendo discutido como nunca antes.

Mas, ainda há um número grande de pessoas que não conseguem fazer sobrar no final do mês, ainda precisam de muito ajuste no orçamento. Outro problema é que o que sobra tem como destino principal a poupança. Sim, esse é o primeiro passo para guardar o dinheiro. Mas, o próximo desafio é investir melhor. Quando temos um cardápio com mais opções, conseguimos variar o apetite.

### **Como variar o apetite?**

Não dá para sair do zero ao cem. As pessoas precisam entender que entre a poupança e ações há um caminho enorme. Essa situação de "achar que está de fora" faz atropelar muitas etapas. Foque no objetivo e vá experimentando aos poucos.

## **Guardia critica propostas de Bolsonaro para a economia**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Ministro da Fazenda diz que não dá para reduzir imposto e afirma que meta de câmbio é risco***

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, fez críticas a propostas para a economia apresentadas pela equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). Para ele, uma redução de impostos é inviável e a criação de meta para o câmbio, um risco.

Um dos eixos do programa de governo de Bolsonaro é a redução da carga tributária no país, associada a uma simplificação do sistema. Para Guardia, entretanto, apenas a simplificação é possível.

"Existe um espaço extraordinário para simplificar a estrutura tributária, melhorar a qualidade da carga tributária e reduzir os custos", disse em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

"Não vejo a menor possibilidade de reduzir a carga tributária, temos um desafio fiscal muito grande", disse.

Outro ponto defendido por Bolsonaro é a criação de um sistema de metas para o câmbio. Em entrevista antes de ser eleito, ele afirmou que o controle da inflação pelo Banco Central não pode ser apenas pelo manejo da taxa de juros e defendeu uma meta para o dólar.

Questionado sobre a proposta, Guardia explicou que o tripé macroeconômico se baseia na meta de inflação, no câmbio flexível e no compromisso com a disciplina fiscal.

"Qualquer mudança nesse arcabouço de política macroeconômica é um risco", afirmou. "A manutenção desse tripé eu acho um ponto central."

O ministro ainda fez ressalvas em relação à reforma tributária proposta pelo presidente eleito, com unificação de impostos e mudança no sistema de repasses da União aos entes federativos.

Ele disse ser “um pouco cético com a possibilidade de se fazer uma reforma tributária ampla que envolva estados e municípios” e afirmou que o atual governo trabalha com propostas de mudanças pontuais no Pis/Cofins e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Sobre a reforma da Previdência, o ministro defendeu que seja aprovada a proposta apresentada pelo governo Michel Temer, que tramita na Câmara —algo que foi descartado por auxiliares de Bolsonaro.

Para ele, o modelo de capitalização, um dos pontos avaliados pelo governo eleito, deveria ficar para um segundo momento.

“Não adianta querer ir além do que é viável politicamente. Aprovar a reforma que está no Congresso já é um passo extraordinário. Depois, a gente pode discutir o sistema de capitalização”, afirmou.

Uma proposta de Bolsonaro que tem a concordância de Guardia é a independência do Banco Central. Para ele, a medida deveria ser votada pelo Congresso já neste ano. “É um tema muito relevante. Vai depender da prioridade do próximo presidente”, disse.

### **Bolsonaro quer idade mínima para servidor e desconfia de capitalização**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

#### ***Em entrevistas à TV, presidente eleito sugere votar parte de reforma da Previdência em 2018***

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), disse nesta segunda-feira (5) desconfiar do regime de capitalização em que cada trabalhador tem uma conta individual de aposentadoria.

Ele afirmou também que irá trabalhar para aprovar “alguma coisa” da reforma da Previdência ainda neste ano e disse que a idade mínima de aposentadoria para servidores deve ser maior.

As declarações foram dadas em entrevistas concedidas nesta segunda-feira (5) à TV Aparecida e à TV Band.

A equipe econômica de Bolsonaro, capitaneada por Paulo Guedes, defende a capitalização. Hoje, o sistema é de repartição e quem está na ativa contribui para pagar os benefícios de aposentados.

“Não está batido o martelo [do modelo de aposentadoria]. Tenho desconfiança [da capitalização], sou obrigado a desconfiar para apresentar um projeto. Tenho responsabilidade”, afirmou à TV Band.

“Quem é que vai garantir se a nova Previdência não der certo? Quem vai pagar lá na frente? Hoje em dia, mal ou bem, tem o Tesouro. Você vai fazendo acertos de forma gradual e atinge os mesmos objetivos sem colocar em risco ou levar pânico à sociedade.”

A equipe de Bolsonaro avalia diferentes propostas: as dos irmãos Arthur e Abraham Weintraub; a original do governo Michel Temer e sua versão desidratada; a proposta de Armínio Fraga, coordenada por Paulo Tafner; e a de Fabio Giambiagi.

“Se não conseguir aprovar neste ano [uma proposta de reforma], vamos propor alguma reforma no ano que vem, sim. Logo no começo”, disse o presidente eleito.

Mais cedo, à TV Aparecida, ele afirmou que elevar a idade mínima do funcionalismo já em 2018 é um “grande passo”. Sua posse será no dia 1º de janeiro de 2019.

“O grande passo, no meu entender, neste ano, se for possível, [é] passar para 61 anos [a idade mínima] no serviço público para homem e 56 para mulher e majorar também um ano nas demais carreiras”, disse Bolsonaro.

Na declaração, uma mensagem ficou clara: a reforma teria uma idade piso para os servidores, independentemente da carreira. Hoje, homens se aposentam a partir dos 60 anos, e mulheres, dos 55.

“Queremos dar um passo, por menor que seja, mas dar um passo na reforma da Previdência, que é necessária.”

Apesar de defender a fixação da idade para o funcionalismo, Bolsonaro afirmou que é possível haver uma flexibilização na idade mínima, a depender da atividade.

“Fala-se muito em 65 anos. Mas você não pode generalizar isso daí. Tem certas atividades que nem aos 60 é compatível a aposentadoria”, disse.

“Você vê a expectativa de vida do policial militar no Rio de Janeiro, não tenho o valor exato aqui, mas está abaixo de 60 anos. Então, não é justo botar lá em cima isso daí.” A proposta de reforma de Temer estabelece idade mínima de 65 anos para homem e 62 para mulher, tanto para os servidores públicos quanto para a iniciativa privada.

Bolsonaro tem um encontro marcado nesta terça-feira (6) com o presidente, que também defende a aprovação da reforma ainda neste ano. Nos bastidores, porém, o próprio entorno governista considera essa hipótese remota.

A aprovação da reforma —uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) —depende de apoio elevado, de pelo menos 60% dos deputados (308 de 513 votos) e senadores (49 de 81). A votação é em dois turnos em cada Casa.

O tempo também representa um obstáculo. O Congresso tem cerca de um mês e meio de trabalho antes de entrar em recesso, em 23 de dezembro.

Congressistas reagiram com ceticismo à manifestação de Bolsonaro de aprovar parte da reforma neste ano. Além da indefinição sobre qual é de fato a proposta defendida por ele, deputados afirmam ver pouca mobilização.

“Não há clima para votar nada de Previdência neste ano”, disse o líder do PR, José Rocha (BA), cuja bancada tem 41 deputados. Segundo ele, também não seria ideal votar uma reforma parcelada para depois ter de aprovar um novo texto em 2019.

“Vou falar uma coisa que não é minha opinião, mas de muita gente na Câmara, gente que manda: ou ele coloca a cara dele na frente e assume para ele a tarefa ou não aprova nada, nem nesse nem no outro governo”, disse o deputado Paulo Pereira da Silva (SP), presidente do Solidariedade.

Líder da bancada do PSDB, hoje a quarta maior da Casa, Nilson Leitão (PSDB-MT) disse que é preciso primeiro que se chegue a um texto. “Eu preciso saber o que eles querem.”

Um dos principais aliados de Temer, o deputado Beto Mansur (MDB-SP) diz acreditar que só há chance de aprovação ainda neste ano caso Bolsonaro consiga um acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Apesar de ter dado sinais de alinhamento ao novo ocupante do Palácio do Planalto, Maia tem apoio de parte da oposição, que tenta barrar a eleição de um presidente genuinamente bolsonarista. Ele tentará a reeleição.

## **Quase um ano após reforma, ações trabalhistas caem 38%**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Tribunal apresentou balanço de processos entre janeiro e setembro deste ano***

Passado quase um ano de vigência da nova legislação trabalhista, o volume de ações que entraram nas Varas do Trabalho (primeira instância) está em um patamar 38% inferior a 2017, apontam dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho) divulgados nesta segunda-feira (5).

Entre dezembro de 2017, primeiro mês completo após entrarem em vigor as mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e setembro deste ano, as Varas receberam 1,4 milhão de reclamações trabalhistas, contra 2,2 milhões no mesmo período do ano anterior.

Especialistas atribuem boa parte do recuo à exigência de que o trabalhador, em caso de derrota, arque com honorários, como o pericial e o de sucumbência, destinado ao advogado da outra parte.

Antes da reforma trabalhista, o empregado, mesmo ao perder o processo, não era responsável por esses custos.

“Até a reforma, como não existia nenhum tipo de ônus ou consequência ao empregado, muitas ações eram ajuizadas mais por uma aventura jurídica do que pela busca por um direito concreto”, afirma Trícia Oliveira, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe.

Em novembro de 2017, houve uma corrida para o ajuizamento de ações ainda na vigência da antiga lei, e o primeiro grau registrou um pico de casos novos recebidos: 289,7 mil.

Já em dezembro do ano passado, porém, o ingresso de ações despencou para 84,2 mil, conforme agentes do direito aguardavam para entender como funcionaria a nova regra.

De lá para cá, o volume de processos até subiu, mas ainda não rompeu a barreira de 167 mil registrada em agosto deste ano.

Oliveira chama a atenção para o salto de 89,7 mil novos processos em janeiro para 118,2 mil em fevereiro.

“Vemos com esse movimento os sindicatos correndo para entrar com ações que garantissem o recolhimento da contribuição sindical”, observa.

A reforma trabalhista acabou com o imposto sindical compulsório, que descontava por ano, geralmente em março, um dia de salário de cada trabalhador para financiar o sindicato.

Foi só em junho, no entanto, que o STF (Supremo Tribunal Federal) bateu o martelo e validou a legalidade do fim da cobrança.

Segundo o ministro João Batista Brito Pereira, presidente do TST, paralelamente à queda no número de ações, houve ganho de produtividade na Justiça do Trabalho.

Em dezembro de 2017, o estoque de ações pendentes de julgamento nas Varas e nos TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho) era de 2,4 milhões.

Em agosto de 2018, esse número havia caído para 1,9 milhão.

O volume de novos processos não cedeu apenas pela cautela do trabalhador, mas também porque alguns pontos da reforma ainda não foram completamente pacificados.

“Teve uma espécie de moralização dos pedidos, ao mesmo tempo em que há uma ausência de normatização definitiva sobre alguns assuntos que ainda serão avaliados pelo STF, o que deixa tudo meio em suspenso”, diz Oliveira.

Segundo o TST, tramitam no Supremo 19 ações acerca da constitucionalidade de dispositivos da reforma, relacionados, por exemplo, ao trabalho intermitente e à possibilidade de gestantes e lactantes trabalharem em locais insalubres.

Otavio Pinto e Silva, sócio do escritório Siqueira Castro e professor de direito do trabalho da USP, destaca que a própria discussão sobre pagamentos de honorários por parte de beneficiários da Justiça gratuita, permitidos pela nova lei, segue em aberto no STF.

“Dependendo do que for decidido, podemos ter ou não um maior ajuizamento de ações no futuro”, diz.

### **Férias coletivas devem ser acordadas entre empregador e funcionário**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

#### ***Mudanças da CLT pouco impactaram na concessão dos dias***

As mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em vigor há quase um ano pouco impactam na concessão das férias coletivas, frequentemente instituídas no fim de ano pelas empresas.

Há, porém, processos que devem ser observados para que os direitos do trabalhador e do empregador sejam resguardados.

O período de pausa deve ter no mínimo dez dias e ser formalizado junto ao Ministério do Trabalho, sindicato da categoria e, claro, comunicado aos funcionários com até 15 dias de antecedência.

Outra formalidade é a anotação na carteira de trabalho. “Só as empresas no regime Simples estão isentas desta responsabilidade”, afirma o advogado Daniel Raimundo dos Santos, consultor trabalhista da Confirp Consultoria Contábil.

As coletivas devem contemplar departamentos inteiros, sem discriminação de cargos em uma mesma área.

“Podem ser concedidas para todos os funcionários de forma simultânea ou só em determinados setores, como linha de produção ou departamento financeiro. O que não pode ocorrer é dar férias coletivas apenas para algumas pessoas, como os gerentes, por exemplo”, explica o advogado Alan Balaban.

Os assalariados continuam recebendo os dias proporcionais ao recesso, com acréscimo de um terço constitucional. Eles têm este período descontado das férias individuais.

O prazo para recebimento do adicional é de dois dias antes do recesso.

Santos lembra que trabalhadores que recebem renda variável, como horas extras, comissão e adicional por insalubridade, devem ganhar, também nas férias coletivas, uma média dos valores, que depende das regras de cada categoria profissional.



## **Empregadores ainda têm receio de aplicar a reforma trabalhista**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Empresas se interessam por contratação intermitente, mas a evitam por medo de judicialização***

Prestes a completar um ano, a reforma trabalhista ainda não foi pacificada nas cortes, e empregadores ainda têm receio de usar seus mecanismos.

A contratação intermitente é a novidade pela qual as empresas mais se interessam, mas evitam por medo de suas possíveis decorrências, segundo advogados especializados.

“Ainda não dá para saber se um trabalhador chamado por esse regime terá direito a benefícios como participação nos lucros e plano de saúde, como os outros”, diz Cibelle Goldfarb, sócia do BMA.

Há outras questões ainda não respondidas pela legislação ou jurisprudência, afirma Luis Antônio Ferraz Mendes, do Pinheiro Neto.

“Se uma funcionária intermitente não convocada a trabalhar engravida, ela terá estabilidade? Eles podem participar das comissões de trabalhadores?”

A homologação de acordos pela Justiça do Trabalho também não está clara, diz Antonio Frugis, do Demarest.

“O empregador faz um acerto, mas não se sabe ao certo se isso quita qualquer possibilidade de ação, por novos motivos que venham a aparecer.”

## **'Juízes estão em paz com reforma trabalhista, mas volume de ações vai subir', diz Batista Brito Pereira**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Responsável por comandar Justiça do Trabalho diz que fase de contestações passou***

Presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho) desde fevereiro deste ano, o ministro João Batista Brito Pereira, 66, comanda a Justiça do Trabalho neste primeiro ano de reforma trabalhista. Para ele, o pior já passou.

"A Justiça do Trabalho está em paz com a reforma trabalhista. Não houve ruptura da legislação trabalhista. A CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] continua viva", disse à **Folha**.

Segundo o ministro, as contestações de magistrados feitas contra as alterações na CLT, em um primeiro momento, estão superadas. "Os juízes estão muito serenos", afirmou. "Não há disputa nenhuma."

Brito Pereira disse que, nesse contexto, os magistrados cumprem as leis conforme a decisão do Congresso Nacional. E, como magistrado, prefere não dizer o que poderia ter sido mudado ou o que não deveria ter sido alterado.



João Batista Brito Pereira, 66, presidente do TST e do CSJT para o biênio 2018-2020. Bacharel em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal, foi advogado e consultor jurídico - Pedro Ladeira/Folhapress

Questionado se acreditava que a reforma modernizou as relações de trabalho, afirmou que só pode dizer que "a ideia do Congresso foi modernizar ou melhorar", mas "não há sinal de que tenha piorado".

O ministro, passado o período de queda no número de ações ajuizadas, porém, faz um alerta: "No ano que vem, voltaremos aos números de 2016 e 2017, porque os advogados trabalhistas, especialmente aqueles dos sindicatos, são muito preparados e quiseram certamente ver como anda a jurisprudência".

As mudanças na CLT entraram em vigor em 11 de novembro do ano passado.

### **Quais são os resultados positivos e negativos da reforma trabalhista no dia a dia do Judiciário?**

O primeiro aspecto positivo é que passou aquela fase, que se explorou muito, da contestação.

De fato, houve alguns movimentos, alguns encontros da magistratura em que essa contestação foi divulgada. Essa fase já passou.

O segundo aspecto positivo é que a Justiça do Trabalho está em paz com a reforma trabalhista. Não houve uma ruptura da legislação trabalhista. A CLT continua viva.

Os juízes do trabalho de primeiro e segundo grau estão julgando as reclamações trabalhistas normalmente. Se tiver na reclamação trabalhista uma questão que é objeto dessa novidade, da alteração da CLT, estão julgando. Os juízes estão muito serenos.

Se o juiz entende que deve aplicar a nova regra, aplica. Se ele entender que a nova regra é inconstitucional, ele pode deixar de aplicar, justificando. A parte que desejar recorrer recorre ao TRT [Tribunal Regional do Trabalho]. Não há disputa nenhuma.

Nós temos garantia maior nas questões mais polêmicas, porque elas estão submetidas ao exame do Supremo Tribunal Federal.

Para nós, é muito confortável, porque sabemos que o Supremo decidindo ninguém discute mais.

### **Como o sr. disse, muitas ações foram direto ao STF. Deveria ter sido construída uma jurisprudência na Justiça do Trabalho ou é certo esse número de processos no STF?**

Esse movimento de ações no STF, logo que entrou em vigor a norma, para mim, é muito positivo, porque são as questões mais polêmicas.

Indo direto ao STF, é a garantia de que não vamos ficar na Justiça do Trabalho debatendo cinco, seis, oito anos até definir lá no Supremo Tribunal Federal o que um juiz do trabalho julga.

Um juiz julga de um jeito; outro, de outro. Um TRT reforma; outro, confirma. Quando tem um grande número de ações, no TST tem essa mesma situação. Tudo dentro da dinâmica natural de um tribunal.

Nesses casos dessas ações diretas de inconstitucionalidade, o Supremo decide: pronto, acaba, evita essa discussão quase que interminável, e com isso só sofrem as partes.

### **Quais foram as lacunas deixadas pela reforma trabalhista?**

Não digo que alguns pontos ficaram de fora, porque não houve uma ruptura, de jeito nenhum. O que houve foi uma lei, legitimamente aprovada pelo Congresso Nacional, que trouxe alterações a vários artigos da CLT.

A CLT está atualizada segundo esta lei. O Congresso Nacional aprova a lei, vêm as alterações e a lei recebe essas alterações, e segue, e nós vamos seguir. A CLT continua viva, agora com essas alterações, e sofrerá outras.

Não houve até aqui uma ruptura para dizer: revoga a CLT e agora o que vale é a lei 13.467 [reforma trabalhista]. Não.

A lei já cumpriu seu papel: foi trazer as modificações. Agora não é mais artigo da lei 13.467, agora é artigo da CLT, alterado, mas é artigo da CLT. Ficou assim e está indo muito bem.

Não posso dizer o que poderia ter sido mudado ou o que não deveria ter sido mudado, porque isso não é função do juiz. O juiz recebe a lei, e a lei é modificada pelo Congresso.

### **O sr. acredita que a reforma trabalhista modernizou as relações de trabalho no Brasil?**

Só posso dizer que o Congresso não quis atrapalhar as relações de trabalho no Brasil. Como magistrado, só posso compreender que a ideia do Congresso foi modernizar ou melhorar as relações de trabalho. Por enquanto não há nenhum sinal de que tenha piorado.

### **Seu antecessor na presidência do TST, o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, disse à época da entrada em vigor da reforma que o trabalhador deveria aceitar perder direito para garantir emprego. O sr. concorda?**

Me perdoe, mas não quero emitir juízo de valor sobre o que o ministro Ives falou, porque ele tinha essa convicção. Eu sei. Li as entrevistas. Sei disso. É um modo de ele ver.

### **Qual a expectativa, como chefe da Justiça do Trabalho, com o governo Jair Bolsonaro?**

A Justiça do Trabalho, em qualquer governo, é um órgão do Estado. É uma divisão do Poder Judiciário, é uma fatia do Poder Judiciário especializada nas questões de natureza trabalhista. Somos Estado. Não somos governo.

Independentemente do presidente da República, nós vamos exercer o nosso papel que está na Constituição e nas leis. Nós não nos reunimos para fazer a avaliação dessa novidade [a vitória de Bolsonaro] e certamente não nos reuniremos.

Temos as leis que regem o nosso papel e temos a Constituição que rege a nossa competência. Por isso, não nos submetemos a nenhum tipo de sofrimento ou euforia com o novo governo.

### **Um dos indicadores muito ressaltados neste primeiro ano de reforma trabalhista é a queda do volume de ações ajuizadas. Na prática, o que isso impactou no dia a dia da Justiça?**

Quanto à redução de ações, quero dizer que agora se estabilizou.

Embora se veja na estatística comparativa que ela está um pouco abaixo relativamente a uns períodos de 2017, penso que isso é episódico.

Mas, do ponto de vista da estatística recente, há uma certa estabilidade e, em alguns aspectos, [um número] até superior a alguns meses de 2017.

A queda momentânea, como diz o corregedor da Justiça do Trabalho, o ministro Lelio [Bentes Corrêa], serviu para que empreendêssemos esforços para julgar aquelas ações que estavam pendentes.

Reduzimos o passivo que nós tínhamos.

### **Quais os desafios da Justiça do Trabalho para os próximos anos?**

Quanto ao futuro, tenho a impressão, apenas pessoal, por causa da dinâmica, que esse patamar [de ações] deve aumentar.

No ano que vem, voltaremos aos números de 2016 e 2017, porque os advogados trabalhistas, especialmente aqueles dos sindicatos, são muito preparados e quiseram certamente ver como anda a jurisprudência. Já se começou a julgar muito no primeiro grau essas ações, e nada de mal vem acontecendo. Creio que já estamos voltando ao normal.

### **O sr. usou a palavra normal. Esse período de um ano foi anormal?**

Não, não. Não foi um período anormal, nós estamos falando de quantidade de ações. Estamos voltando ao normal, ao número de ações equivalente que vinha registrando a nossa estatística.

A normalidade já alcançamos, a inteira normalidade. Estamos julgando. As partes já estão recorrendo aos tribunais regionais. Daqui a pouco começam a chegar ações com esses temas da reforma aqui no TST. E nós vamos julgar.

### **A expectativa então é que o número de processos cresça?**

Sim, mas eu posso afiançar que as ações coletivas diminuem muito o número de ações. No ABC [Paulista], por exemplo, só uma questão às vezes gera 4.000 ações trabalhistas. O sindicato ingressa com uma ação coletiva e, em vez de 4.000, temos apenas uma. Isso é muito importante, isso é muito bom. Eu tenho fomentado o uso dessas ações coletivas que facilitam e até evitam decisões díspares.

### **Principais mudanças**

- Pagamento de honorários advocatícios pelo trabalhador
- Contrato intermitente
- Home office
- Jornada 12x36
- Férias fracionadas
- Fim do imposto sindical obrigatório

### **Informalidade bate recorde no país e já atinge 43% dos trabalhadores**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-11-2018)

### ***Entre os formais, vaga de menor qualificação leva salário de admissão a mínima em dez meses***

A cada 10 brasileiros que estavam trabalhando no terceiro trimestre deste ano, cerca de 4 atuavam na informalidade, apontam os dados da mais recente Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Entre junho e setembro, o país registrou 92,6 milhões de pessoas ocupadas.

Dessas, quase 43%, ou 39,7 milhões de pessoas, não tinham carteira assinada, somando empregados do setor privado e público sem registro, trabalhadores por conta própria sem CNPJ, trabalhadores domésticos sem carteira e quem trabalha em família.

Esse é o maior percentual trimestral registrado pela Pnad desde que o levantamento começou a separar conta própria com e sem CNPJ, no fim de 2015.



A maquiadora Cássia Lins Barbosa Vila Real, 31, que tenta uma vaga formal para trabalhar em meio período - Adriano Vizoni/Folhapress

No terceiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego no país ficou em 11,9%, 0,5 ponto percentual abaixo da registrada no mesmo período do ano passado.

O alívio veio com o avanço de 1,5% na população ocupada, resultado da entrada de 1,3 milhão de pessoas no mercado de trabalho —especialmente na informalidade.

Thiago Xavier, analista da consultoria Tendências, observa que, desse contingente, 601 mil trabalhavam no setor privado sem carteira assinada e outros 585 mil atuavam por conta própria —sendo 236 mil sem registro.

"A rota de entrada é a informalidade porque, na comparação anual, o trabalho com carteira [no setor privado] ainda registrou perda de 328 mil pessoas", afirma.

Desempregada há sete meses, Cássia Lins Barbosa Vila Real, 31, tem se virado com trabalhos por conta própria de maquiadora para pagar as contas. Ela afirma que o seu rendimento caiu 30% desde que foi demitida, em abril.

Ela tem conseguido conciliar os trabalhos eventuais com a educação do filho, de um ano e três meses, mas procura uma oportunidade de voltar para o mercado formal.

"Se eu achar algo por meio período, melhor ainda. Só trabalhando por conta própria a renda é muito baixa", diz.

Essa não foi a primeira vez que Cássia teve que se reinventar.

Antes de entrar no mercado de beleza, ela trabalhou oito anos na gigante IBM, na parte de atendimento e também com vendas.

Em 2014, a empresa fez cortes e, até ela se recolocar, dessa vez na nova profissão, foram dois anos sem trabalho.

Segundo a maquiadora, além da falta de carteira assinada, os custos do trabalho por conta própria são o que mais dificulta a renda.

"Bancar produtos e transporte e não ter o trabalho valorizado, com o pessoal sempre querendo pagar menos, desmotiva, mas vou nessa até conseguir algo formal", afirma ela, que cobra R\$ 150 por cada maquiagem feita.

Não é só a renda do informal que não avança. O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados (R\$ 2.222) e a massa salarial (R\$ 200,7 bilhões) —soma dos

os rendimentos brutos recebidos em todos os trabalhadores pelos ocupados— mantiveram-se estáveis no terceiro trimestre, afirma Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

"Isso demonstra que as vagas que foram criadas são de baixo impacto salarial", diz. O fenômeno monetário também pode ser observado no Caged (Cadastro de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho), que capta os números do mercado formal brasileiro.

Em setembro, o saldo de vagas foi o melhor para o mês em cinco anos, com 137.336 postos positivos entre admitidos e desligados.

Apesar disso, a média de salário para os trabalhadores admitidos foi a menor dos últimos dez meses: R\$ 1.516,89.

Segundo Clemente Granz Lucio, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), há várias possíveis causas para o fenômeno: o acumulado da inflação, a alta rotatividade do mercado, o perfil das vagas que estão contratando --que são mais operacionais no setor de serviços - e a precarização da mão de obra, com alto número de informais.

"O repique da inflação influencia nos salários de admissão. E as funções que mais contratam, que são do setor de serviços, oferecem até 1,5 salário mínimo [R\$ 1.431]. Tudo isso ajuda a puxar o salário médio para baixo."

O setor de serviços, mencionado por Lucio, foi responsável por 44,3% das contratações em setembro, fechando com um saldo de 60.961 no período, segundo o Caged.

Maria Andréia Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), diz que a queda no salário médio de entrada não é necessariamente ruim.

"Um salário alto não significa que o mercado está bombando. Às vezes, ele está muito alto porque tem só um setor que paga mais contratando", afirma.

Segundo ela, o dado do Caged é positivo porque demonstra que o mercado está trazendo de volta uma população com qualificação mais baixa, que já estava havia muito tempo desempregada.

Os especialistas afirmam que um caminho possível seria que, após retornar ao mercado pela informalidade, o trabalhador migrasse para um emprego com carteira. Foi o caso do motorista Nivaldo Constantino, 46, que voltou à formalidade após um período sem carteira.

Ele perdeu o emprego como motorista de uma empresa em junho deste ano e passou a utilizar sua moto para fazer entregas.

No mês passado, a mesma empresa que o demitiu ofereceu um novo emprego, dessa vez como motorista de motocicleta.

"A necessidade me abriu uma nova área de trabalho, e a partir disso pude voltar. Estou feliz, com carteira assinada e recebendo praticamente a mesma coisa que antes", diz Nivaldo.

Há ainda quem tenha feito do trabalho por conta própria uma nova profissão.

O mestre de obras autônomo Marcelo de Almeida, 41, foi exonerado da Polícia Militar de São Paulo há cinco anos e viu na necessidade a oportunidade para iniciar uma nova carreira.

Ele afirma que desde os 13 anos trabalhava com construção. Deixou as obras para entrar na polícia e, depois de 16 anos, precisou voltar.

"Comecei a pegar algumas obras e estou nessa há cinco anos. Não penso em trabalhar com outra coisa."

Apesar de ter tanto tempo trabalhando como autônomo, Almeida não pretende abrir uma empresa por causa dos altos custos e da burocracia.

"Tenho um contador, pago direitinho o pessoal que trabalha pra mim, mas não tenho como ter uma empresa e assinar carteira. A condição que tenho hoje está boa", diz.

## **Com duplicata eletrônica, taxa para antecipar dinheiro a receber pode cair 2 pontos**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Medida ainda depende de sanção presidencial***

A adoção da duplicata eletrônica pode implicar uma redução de até dois pontos percentuais dos valores cobrados pelos fundos especializados em antecipar recebíveis, de acordo com entidades do setor.

A medida foi aprovada pelo Senado no mês passado e ainda seguirá para a sanção presidencial e implementação.

As fraudes comuns, como uso de documento falso ou de nota para conseguir mais de uma linha de crédito, serão coibidas, diz Luiz Leite, presidente da Anfac (Associação Nacional de Fomento Comercial).

"Com a centralização de operações prevista em lei, os problemas deverão ser resolvidos."

"A expectativa é que a oferta [de antecipação] vai se ampliar, inclusive com entrada de instituições que hoje não atuam no setor", diz Fernando Fontes, da Central de Recebíveis, uma homologadora.

A estimativa dele é que a queda da taxa cobrada poderá chegar a dois pontos percentuais.

"O mercado cobra 4,5% em média, mas deve caminhar para 3%", diz Thiago Chiliatto, sócio da Antecipa Fácil, plataforma em que se negociam títulos.

Os valores variam de acordo com o porte da empresa que emitiu a duplicata, segundo Luis Carvalho, da Anfidc (associação dos participantes em fundos de direitos creditórios).

"Uma grande companhia já consegue fechar contratos com bons valores, mesmo sem a duplicata eletrônica. O benefício da nova lei vai para as pequenas empresas."

"Existe uma dispersão de 1,15% a 4% de taxa de desconto, de acordo com a percepção de risco do agente financeiro", diz Fernando Kalleder, da CRDC, uma empresa do setor.

## **Bolsa sobe mais de 1% e fecha acima de 89 mil pontos, nova máxima histórica**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Dólar também avançou e terminou o dia a R\$ 3,73***

A Bolsa brasileira voltou a renovar a máxima histórica nesta segunda-feira (5) ainda na esteira do otimismo com a formação do novo governo e expectativa com a divulgação de resultados da Petrobras. O dólar também fechou em alta.

O Ibovespa, o principal índice acionário do país, subiu 1,33%, a 89.598 pontos, no maior nível histórico. O giro financeiro do pregão foi de R\$ 14,8 bilhões, acima da média mensal do ano, mas abaixo do volume registrado em outubro.

Nesta segunda, a valorização foi puxada pelas ações da Petrobras em meio à expectativa de investidores pela divulgação dos resultados da empresa no terceiro trimestre. Os números serão conhecidos amanhã, antes da abertura do mercado. Os papéis da estatal saltaram quase 3% no pregão.

O Ibovespa também foi sustentado pela disparada de 10% nas ações da Cosan, reflexo do anúncio da empresa de que ela cancelará a operação de incorporação da Cosan Logística, citando "preocupações demonstradas" por acionistas e investidores.

"O Ibovespa saiu sem escalas de 83 mil para 89 mil pontos. Diria que tem espaço para alguma realização, mas o mercado continua mantendo otimismo de curto prazo", diz Alvaro Bandeira, economista-chefe da Modalmais.

Bandeira faz referência à sequência de quatro pregões de alta na Bolsa desde a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência. No primeiro dia após a confirmação da vitória do capitão reformado do Exército (29 de outubro), a Bolsa despencou. Desde então, no entanto, acumula alta de mais de 6%.

Dados da B3 mostram que investidores estrangeiros sacaram R\$ 6,2 bilhões da Bolsa em outubro. É o segundo maior volume de saques do ano e indica que a euforia com o cenário eleitoral foi alimentada por investidores locais, entre eles gestores de fundos e pessoa física, e não pela confiança de estrangeiros no país.

A retirada de recursos ajuda a explicar o movimento recente de alta do dólar no mercado local —a moeda americana avançou 0,89%, a R\$ 3,7270. Considerada uma cesta de 24 divisas emergentes, o dólar ganhou força sobre 14 delas nesta segunda.

No exterior, o dia foi de sinais trocados para os mercados de risco. As Bolsas asiáticas tiveram perdas expressivas, enquanto as europeias operaram sem direção única. Nos Estados Unidos, o índice de tecnologia Nasdaq voltou ao campo negativo.

Por lá, investidores adotam postura cautelosa à espera do resultado das eleições legislativas de meio de mandato (conhecida como midterms), que serão realizadas nesta terça-feira (6).

A expectativa maior era sobre a capacidade dos Republicanos, partido do presidente Donald Trump, em manter o controle sobre a Câmara e o Senado.

Segundo o site FiveThirtyEight, havia mais chance dos Democratas (sete em oito) assumirem o controle da Câmara. No Senado, a chance estimada era de apenas uma em seis.



## **IPC-C1 (baixa renda) sobe 0,53% em outubro após 0,20% em setembro, diz FGV**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1) subiu 0,53% em outubro, após a alta de 0,20% registrada em setembro, informou nesta terça-feira, 6, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O indicador é usado para mensurar o impacto da movimentação de preços entre famílias com renda mensal entre um e 2,5 salários mínimos. Com o resultado, o índice acumulou alta de 4,09% no ano e avanço de 4,28% em 12 meses.

Em outubro, o IPC-C1 ficou acima da variação da inflação média apurada entre as famílias com renda mensal entre um e 33 salários mínimos, obtida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR), que teve alta de 0,48% no mês. No acumulado em 12 meses, a taxa do IPC-BR foi superior, chegando aos 4,80%.

## **Ata: projeção do IPCA 2018 (cenário de mercado) está em 4,4%, como no comunicado**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna (publicado em 05-11-2018)

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, divulgada na manhã desta terça-feira, 6, indicou que a projeção para o IPCA de 2018 no cenário de mercado está em 4,4%. Já a projeção para 2019 é de 4,2% e, para 2020, de 3,7%.

Estes são os mesmos valores citados no comunicado que acompanhou a decisão do colegiado na semana passada, quando a Selic (a taxa básica de juros) foi mantida em 6,50% ao ano pela quinta vez consecutiva. O cenário de mercado utiliza como referência as projeções do Relatório de Mercado Focus para a Selic e o câmbio.

No Relatório Trimestral de Inflação (RTI) divulgado em 27 de setembro, as projeções do cenário de mercado estavam em 4,1% para 2018, 4,0% para 2019 e 3,6% para 2020.

### **Cenário de referência**

Na agora divulgada, o BC indicou ainda que a projeção para o IPCA de 2018 no cenário de referência está em 4,4%. A projeção para 2019 é de 4,2% e, para 2020, de 4,1%. Estes também são os mesmos valores citados no comunicado que acompanhou a decisão do colegiado na semana passada.

O BC formulou seu cenário de referência tendo como base a Selic constante em 6,50% ao ano e uma taxa de câmbio de R\$ 3,70. Este valor para o câmbio teve como base a cotação média para a moeda americana observada nos cinco dias úteis encerrados na sexta-feira anterior à reunião do Copom (dia 16 de outubro).

No RTI de setembro, as projeções do cenário de referência estavam em 4,4% para 2018, 4,5% para 2019 e 4,2% para 2020.

Desde fevereiro do ano passado, o BC vinha dando maior ênfase ao cenário de mercado, em detrimento do cenário de referência. Na época, a instituição alegou que, como a Selic estava em processo de baixa, o cenário com taxa constante perdia relevância. Porém, a partir de maio deste ano, com a Selic estável, o cenário de referência voltou a ganhar destaque nas comunicações do BC.

O centro da meta de inflação perseguida pelo BC este ano é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (inflação entre 3,0% e 6,0%). No caso de 2019,

a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (taxa de 2,75% a 5,75%). Já a meta para 2020 é de 4,0%, com margem de 1,5 ponto (de 2,5% a 5,5%).

No Relatório de Mercado Focus publicado nesta segunda-feira, 5, as instituições financeiras projetaram inflação de 4,40% em 2018, 4,22% em 2019 e 4,00% em 2020.

### **Preços administrados**

O Banco Central revisou suas projeções para a alta dos preços administrados em 2018 e 2019, conforme a ata do último encontro do Copom. Para este ano, o índice calculado passou de 7,7% para 7,4% no cenário de mercado. No caso do próximo ano, o percentual foi de 5,4% para 5,6%. Já a projeção para 2020 foi de 3,8% para 3,9%. As estimativas anteriores constavam no RTI divulgado no fim de setembro.

No cenário de referência, a projeção para a alta dos preços administrados em 2018 passou de 8,3% para 7,3%. No caso de 2019, foi de 5,7% para 5,4% e, para 2020, de 4,3% para 4,1%.

Nesta segunda-feira, o Focus indicou que a estimativa para 2018 no mercado financeiro é de elevação de 7,55% dos administrados. Para 2019, a expectativa está em 4,80% e, para 2020, em 4,20%.

As projeções para os preços administrados ajudaram a formar a base para que o colegiado mantivesse na semana passada a Selic (a taxa básica de juros) em 6,50% ao ano.

### **Evolução do cenário e do balanço de risco prescreve manutenção da Selic, diz ata**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reafirmou nesta terça-feira, 6, na ata do encontro da semana passada, que os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

Esta ideia já constou no comunicado do encontro da semana passada do Copom, quando a Selic (a taxa básica de juros) permaneceu em 6,50% ao ano. Foi o quinto encontro consecutivo em que a taxa foi mantida neste patamar. “Na avaliação do Copom, a evolução do cenário básico e do balanço de riscos prescreve manutenção da taxa Selic no nível vigente”, disse o colegiado na ata, ao tratar de sua decisão.

O Copom afirmou ainda que entende que “deve pautar sua atuação com foco na evolução das projeções e expectativas de inflação, do seu balanço de riscos e da atividade econômica”.

“Choques que produzam ajustes de preços relativos devem ser combatidos apenas no impacto secundário que poderão ter na inflação prospectiva”, acrescentou o BC. Os efeitos secundários dizem respeito à propagação do choque a preços da economia não diretamente afetados pelo choque.

“É por meio desses efeitos secundários que esses choques podem afetar as projeções e expectativas de inflação e alterar o balanço de riscos”, disse o BC na ata. “Esses efeitos podem ser mitigados pelo grau de ociosidade na economia e pelas expectativas de inflação ancoradas nas metas. Portanto, não há relação mecânica entre choques recentes e a política monetária.”

Em outro trecho da ata, o BC voltou a defender a continuidade do processo de reformas e ajustes na economia brasileira, visto como “essencial para a manutenção da inflação

baixa no médio e longo prazos, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia”.

Ao mesmo tempo, o BC repetiu na ata, sem citar diretamente o resultado eleitoral, a ideia de que “a percepção de continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes”.

De acordo com o BC, a decisão de manter a Selic em 6,50% ao ano na semana passada “reflete seu cenário básico e balanço de riscos para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui o ano-calendário de 2019 e, em menor grau, de 2020”.

## **Empresas estudam mudar MP do saneamento para aprovar regras ainda neste governo**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

### ***Medida provisória polêmica perderá sua validade em novembro caso não seja aprovada pelo Congresso***

As companhias privadas de saneamento básico deverão propor mudanças na medida provisória que altera o marco regulatório do setor para que o texto possa ser aprovado ainda neste governo.

O principal ponto de discórdia com as concessionárias públicas é um artigo polêmico, que altera a concorrência entre empresas públicas e privadas.

A ideia agora é propor uma diferenciação das companhias públicas que fazem investimentos —como Sabesp (SP), Sanepar (PR), Copasa (MG) e Compesa (PE)— das empresas estaduais deficitárias.

Trata-se de uma tentativa de encontrar um consenso, já que as concessionárias públicas concordam com a maior parte do texto da MP, que traz outras mudanças consideradas importantes pelo setor.

Há a percepção de que o novo marco regulatório, de modo geral, traz avanços, e que é mais seguro aprovar a MP neste ano —já que pouco se conhece sobre a proposta do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para o setor.

O prazo é curto. A MP, apresentada em julho pelo governo de Michel Temer, perderá sua validade em 19 de novembro caso não seja aprovada pelo Congresso.

Na semana passada, o relatório do senador Valdir Raupp (MDB-RO) foi aprovado na Comissão Mista responsável por analisar o tema. O texto ainda precisa ser aprovado nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A ideia é tentar votar o texto na Câmara ainda nesta semana.

Antes disso, a Abcon (associação das companhias privadas) estuda uma proposta de texto mais flexível, para conseguir o apoio necessário para aprovar a MP.

A alteração seria no artigo que, na prática, obriga os municípios a realizar licitações na hora de contratar as concessionárias de saneamento básico. Antes, a concorrência não era necessária caso o contrato fosse firmado com uma empresa pública. Só seria preciso abrir competição caso o prefeito quisesse contratar uma empresa privada.

A mudança foi um pleito das empresas privadas, que reclamavam de concorrência desleal, e gerou diversos questionamentos de analistas e concessionárias estaduais.

Agora, a ideia da Abcon é diferenciar, no texto, as companhias públicas dependentes do governo daquelas que geram seu próprio caixa e que realizam investimentos independentemente do Estado.

A proposta ainda está em negociação, afirma Percy Soares Neto, diretor da entidade. "O princípio é não tratar empresas diferentes de forma igual. Tenho empresas que realizam investimentos, estão melhorando a qualidade do serviço. E tem companhias com zero capacidade de investimento. A proposta é manter a necessidade de chamamento público, mas reconhecer a companhia que está avançando", diz ele.

As concessionárias estaduais, principais opositoras ao artigo, estão abertas a negociação caso haja mudanças no texto, segundo Roberto Tavares, presidente da Aesbe (associação das concessionárias públicas) e da Compesa, concessionária de Pernambuco.

Ele também afirma que é preciso diferenciar as companhias. "As empresas que não dependem do Estado, que captam recursos no mercado, que têm um plano de investimento rodando, vão ser prejudicadas. É diferente das empresas dependentes do Tesouro para sobreviver. Mas hoje, do jeito que está, nossa ação é para que nossas bancadas votem contra", diz.

Segundo Tavares, a entidade concorda com o texto da MP, com a exceção do artigo que trata da mudança na concorrência.

O argumento é que a mudança desestrutura a operação de subsídio cruzado entre cidades mais ricas e mais pobres, e que a mudança na forma de contratação faria com que as empresas privadas ficassem apenas com as cidades mais atrativas economicamente, deixando às públicas apenas os municípios mais carentes de estrutura.

A MP também traz outras mudanças consideradas importantes, como as regras que tornam a ANA (Agência Nacional de Águas) uma agência reguladora federal para o saneamento, o que não existia até então.

Além disso, o texto traz regras que dão segurança jurídica a privatizações, ao permitir que a venda de controle das companhias públicas não implique no rompimento dos contratos que a empresa tem com os municípios.

Caso o texto não seja aprovado, as empresas acreditam que o debate será retomado no próximo governo.

No entanto, ainda não se sabe qual é a proposta de Bolsonaro para o saneamento básico.

Durante a campanha, o então presidenciável não participou de nenhum debate promovido pelas associações setoriais para expor propostas. Até agora, as entidades tampouco encontraram algum interlocutor dentro da equipe do novo governo.

### **Petrobras eleva preço do gás de cozinha residencial em 8,5%**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-11-2018)

#### ***Reajuste, que vale a partir de terça (6), ocorre nas refinarias e não diretamente ao consumidor***

A Petrobras anunciou, nesta segunda (5), um reajuste no preço do gás de cozinha comercializado em botijões de 13 quilos, usados em residências. O novo preço de R\$ 25,07 representa um aumento de 8,5% em relação ao valor vigente desde julho.

Trata-se de uma média nacional, sem tributos, nas refinarias da companhia —ou seja, o aumento poderá ou não ser repassado ao consumidor pelas distribuidoras.

Na cidade de São Paulo, o botijão deve ficar de R\$ 3 a R\$ 3,5 mais caro, segundo o sindicato das revendedoras. O preço médio na cidade hoje é R\$ 67,37, de acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo).

“A desvalorização do real ante o dólar e as elevações nas cotações internacionais do GLP [Gás Liquefeito de Petróleo] foram os principais fatores para a alta”, afirmou a estatal em comunicado à imprensa.

O novo valor passa a valer nesta terça-feira (6). O reajuste tem variações, a depender do polo de suprimento. A alta oscila entre 8,2% e 9%, segundo nota do Sindigás (sindicato das distribuidoras).

O preço do botijão passou a sofrer reajustes trimestrais em janeiro deste ano. Desde então, o preço sofreu um aumento acumulado de 2,8%.

O reajuste não se aplica aos botijões industriais, cujo valor é 52,4% mais alto do que o gás vendido a residências. Desde 2012, a estatal adota políticas de preços diferentes para os dois destinos do gás, política que foi iniciada com o objetivo de garantir menores valores para consumidores residenciais.

### **Honda anuncia recall de 19 mil carros do modelo HR-V**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-11-2018)

#### ***Veículos podem apresentar problema no sistema de freios***

A concessionária Honda anunciou na última sexta-feira (2) o recall de 19.916 mil carros do modelo HR-V no Brasil, por problema no sistema de freios.

De acordo com a marca, os donos de veículos fabricados entre maio de 2015 e setembro de 2018 devem procurar uma concessionária a partir do dia 12 de novembro para que seja feita a sangria do fluido do freio para a remoção de eventuais bolhas no sistema.

As bolhas podem reduzir o desempenho de frenagem do carro, aumentando o risco de acidentes. A formação dessas bolhas ocorre devido a uma falha de fabricação dos pistões dos calipers de freio traseiro.

Para confirmar a necessidade de reparo, os proprietários devem ligar para 0800-701-3432 (segunda a sexta, das 8h às 20h; ou sábado das 9h às 14h) ou entrar no site [www.honda.com.br/recall](http://www.honda.com.br/recall).

### **Tesla é intimada sob suspeita de enganar investidor nos EUA**

06/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-11-2018)

#### ***Empresa de carros elétricos repetidamente perdeu seus prazos de produção do sedã***

A Tesla informou nesta sexta-feira (2) que recebeu uma intimação da SEC (Securities and Exchange Commission, o órgão regulador dos mercados dos Estados Unidos) sobre as previsões de produção do Model 3 da fabricante de carros elétricos feitas em 2017. A Tesla repetidamente perdeu seus prazos de produção do sedã e está sendo investigada por várias agências do governo sob suspeita de enganar os investidores sobre seus negócios.

A empresa disse em um comunicado que nenhuma agência do governo com investigações em andamento concluiu que a montadora tenha cometido qualquer delito.

O FBI, a polícia federal dos EUA, também investiga se a Tesla divulgou informações incorretas sobre a produção do Model 3 desde o início de 2017, de acordo com relatórios.

### **Gerdau conclui venda de ativos no ramo de vergalhão nos EUA**

06/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-11-2018)

A Gerdau concluiu a venda de quatro usinas produtoras de vergalhões – Jacksonville (FL), Knoxville (TN), Rancho Cucamonga (CA) e Sayreville (NJ) – e todas as unidades de corte e dobra de aço nos Estados Unidos, para a Commercial Metals Company (CMC). O preço foi o mesmo do anúncio em janeiro, de US\$ 600 milhões, mais US\$ 100 milhões de ajustes estimados no capital de giro.

Em nota, a companhia explica que o caixa recebido será usado para redução de endividamento.

“A conclusão dessa venda representa um importante marco na nossa estratégia de redução de endividamento financeiro e de foco em melhores oportunidades de retorno. Nós aceleraremos o crescimento em segmentos atrativos da América do Norte, um dos nossos principais mercados e continuaremos a servir e criar valor para os clientes dos mercados da construção, equipamento industrial, transporte e energia”, afirmou o diretor-presidente da Gerdau Gustavo Werneck, por meio de comunicado ao mercado, divulgado nesta segunda-feira, 5.

### **Continental compra fabricante de antenas automotivas Kathrein**

06/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 05-11-2018)

A **Continental** anuncia a compra da Kathrein Automotive, fabricante de **antenas automotivas** inteligentes e de alta performance e uma das subsidiárias do grupo alemão Kathrein SE. As empresas, que concordaram não divulgar o valor da compra, estimam que após aprovações antitrustes o negócio deve ser concluído até o primeiro trimestre de 2019.

Com mais de 1 mil funcionários espalhados pelo mundo, a Kathrein Automotive possui um total de oito unidades localizadas no Brasil, China, Alemanha, México, Portugal e Estados Unidos.

Com a era da digitalização, conectividade, navegação e telemática, o mercado de antenas inteligentes de alta performance é promissor: estima-se que os veículos atuais são equipados com cerca de vinte antenas e a tendência é que este número aumente de forma progressiva a partir das demandas de novas tecnologias de comunicação, como o 5G. Analistas estimam uma média de crescimento de mercado de 6,5% ao ano para este mercado até 2022.

“Não haveria conectividade sem antenas. As antenas inteligentes de alta performance são a tecnologia principal para a conectividade de veículos. Com isso, ficamos felizes em aumentar a cooperação com nossos novos colegas da Kathrein Automotive e em continuar desenvolvendo soluções para uma mobilidade inteligente juntos”, disse o membro do conselho na Continental responsável pela divisão de interiores, Helmut Matschi.

As empresas, que já mantinham uma cooperação estreita, oferecem o módulo de antena inteligente e o terminal de dispositivo inteligente multifuncional para o mercado

de OEM. O módulo de antena inteligente substitui as antenas únicas que, até hoje, ficam separadas dentro do veículo combinando as antenas e as peças eletrônicas em um módulo de hardware, o que simplifica o cabeamento e reduz o espaço de instalação, além de aumentar a qualidade do sinal. Já o terminal de dispositivo inteligente multifuncional é o que permite conectar os carros a dispositivos móveis e smartphones.

### **Toyota abre terceiro turno em Sorocaba e Porto Feliz**

06/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 05-11-2018)



**Turno extra ajudará a ampliar a oferta do Yaris para o mercado interno e também para exportação**

**Decisão amplia capacidade de 108 mil para 160 mil veículos e cria 1,5 mil empregos**

A **Toyota** iniciou na segunda-feira, 5 de novembro, o **terceiro turno** em suas fábricas de Sorocaba e Porto Feliz, ambas no interior de São Paulo. A decisão amplia a capacidade de produção de 108 mil para 160 mil unidades. O turno adicional demandou R\$ 600 milhões e resultou na contratação de 700 trabalhadores para Sorocaba (onde são montados os modelos Etios e Yaris), 130 para Porto Feliz, onde são fabricados motores, e cerca de 700 na cadeia de fornecedores.

A abertura do terceiro turno ajudará sobretudo a ampliar a oferta no Brasil e na América Latina do Yaris, lançado em junho. Por enquanto o modelo montado no interior de São Paulo só é vendido localmente e na Argentina. O Etios já segue também ao Paraguai, Uruguai e Peru.

A fábrica de Sorocaba foi inaugurada há seis anos, emprega atualmente 2,8 mil funcionários. De janeiro a setembro deste ano produziu 66,6 mil Etios. Destes, 28,3 mil foram exportados. O Yaris teve 22,7 mil unidades montadas, das quais 2,1 mil seguiram para a Argentina.

A fábrica de Porto Feliz é a primeira da Toyota a produzir motores em toda a América Latina e Caribe. Há pouco mais de dois anos é responsável pela fabricação dos propulsores flex e a gasolina, 1.3 e 1.5, que equipam tanto o Etios como o Yaris.

### **Aumento do consumo em 2019 deve impulsionar produção de embalagens**

06/11/2018 – Fonte: DCI

Projeções de melhora do ambiente econômico criam expectativa de expansão para o segmento, após período de estagnação em que fabricantes tiveram que intensificar o foco nas exportações

O mercado de papel espera que a retomada do consumo impulse a produção de embalagens. Nos últimos anos, com a queda da demanda interna, empresas do setor têm reforçado as exportações.

“Há a perspectiva de melhora em 2019. O segmento de embalagens tem uma ligação muito forte com o PIB. Acreditamos no crescimento da demanda”, afirma o diretor comercial da Ahlstrom-Munksjö na América Latina, Luciano Neves.

O gerente de estudos econômicos da Pöyry, Manoel Neves, destaca que o papel para embalagem é diretamente beneficiado pela melhora do ambiente econômico. “É esperado um ciclo positivo e todo tipo de produto utiliza embalagens: alimentos, remédios, bens de consumo, entre outros.”

Diante desse cenário, a Ahlstrom-Munksjö investiu cerca de R\$ 100 milhões em sua fábrica de Jacareí (SP) para ampliar a capacidade de produção de papéis especiais revestidos (utilizados na fabricação de embalagens). “Produzimos 105 mil toneladas de papel por ano. Com essa expansão, 100% dessa capacidade poderá ser convertida em papéis especiais”, explica Luciano Neves.

O executivo conta que em 2018 a demanda do mercado interno foi abaixo do esperado. “Tem sido difícil, cresceu muito pouco. Enxergamos a demanda bem morna, parecida com 2017.”

Devido a esse panorama, a empresa teve que ajustar o planejamento original para manter a produção em 100% da capacidade instalada exportando mais. “Orientamos nosso negócio para desenvolver mercado e exportar mais. Nosso foco é América Latina e também buscamos os Estados Unidos”, conta Luciano Neves, que estima que as exportações totalizam cerca de 30% da produção nos últimos dois anos. “Anteriormente, era em torno de 10%” .

A empresa espera que, com a melhora da economia brasileira, esse percentual de exportações seja reduzido. “Quando o produto vai para exportação, o custo logístico é maior”, destaca. Além do investimento na unidade de Jacareí, a Ahlstrom-Munksjö comprou uma fábrica de papéis especiais da MD Papéis, em Caieiras (SP).



O investimento foi próximo de R\$ 400 milhões. “Temos confiança no mercado brasileiro e na América Latina. Decidimos investir antes das eleições presidenciais e acreditamos no crescimento do segmento”, afirma o executivo.

### **Higiene e consumo**

Manoel Neves destaca que, além do mercado de embalagens, o segmento de papel tissue (para uso higiênico) deverá se beneficiar da melhora do ambiente econômico. “É um setor diretamente ligado a renda, saúde e higiene, que já vêm crescendo”, pontua.

A Solenis, fabricante de especialidades químicas para diversos mercados, como celulose e papel, petróleo e gás e mineração, avalia que teve um ano de 2018 positivo, mas abaixo das expectativas. “Houve alguma frustração com o desempenho econômico regional e fomos afetados pela inflação de matéria-prima e valorização do dólar”, afirma o vice-presidente América Latina da Solenis, José Armando Piñón Aguirre.



O executivo conta que a empresa cresceu acima de 10% neste ano, principalmente por conta do mercado de papel e celulose. "É uma área que tem uma competitividade muito alta. Vimos um crescimento importante no segmento de *tissue* e esperamos crescer juntos com nossos clientes no segmento de embalagens."

Aguirre conta que a inflação de insumos utilizados pela companhia foi ocasionado por furacões que atingiram fábricas do setor químico nos EUA e pelo fechamento de plantas na China, devido a restrições ambientais. "Afetou a oferta mundial de matéria-prima. Com a desvalorização cambial, isso ficou ainda mais elevado."

A empresa tem três unidades fabris no Brasil, localizadas no interior de São Paulo, e espera crescer pelo menos duas vezes o PIB em 2019. "Nos últimos anos, a economia do País encolheu, mas sempre temos crescido. Procuramos nos preparar, independentemente do cenário macroeconômico. Mas o crescimento nos beneficiaria", diz Aguirre.

## **GM vê oportunidade de rediscussão de Rota 2030; venderá elétrico Bolt no Brasil em 2019**

06/11/2018 – Fonte: DCI

A General Motors avalia que o programa automotivo Rota 2030 tem uma oportunidade de ser melhorado no próximo governo, incluindo aspectos que incentivem a competitividade da indústria automotiva do Brasil.

O programa de incentivo ao setor automotivo brasileiro, que substituiu o Inovar Auto, foi aprovado por meio de uma medida provisória editada pelo presidente Michel Temer, mas sua viabilidade depende de regulamentação do Congresso até a próxima semana para não perder a validade.

"É uma oportunidade para ser melhorado. A oportunidade para o Mercosul é uma produção de 3,5 milhões de unidades este ano. No Mercosul, o mais difícil é ter essa escala, são poucos os lugares do mundo que têm essa escala", disse o presidente da General Motors para América do Sul, Carlos Zarlenga, em entrevista durante o salão do automóvel de São Paulo.

"Então, por que os programas de investimento são destinados apenas ao Mercosul?", questionou o executivo em um momento em que parlamentares de vários Estados travam em Brasília embates há semanas sobre benefícios fiscais a serem adotados pelo Rota 2030.

"Os custos hoje não são competitivos frente a outras regiões do mundo que disputam investimentos com o Mercosul", disse Zarlenga. "Aprovamos um Rota que não fala nada disso. Que não fala sobre carga tributária, custo de logística, multimodalidade." Questionado se defende que o Rota 2030 seja rediscutido pelo próximo governo, que toma posse em 2019, Zarlenga não comentou.

Para 2019, o executivo estimou que as vendas de automóveis e comerciais leves no Mercosul somarão cerca de 2,8 milhões de unidades ante expectativa de 2,6 milhões em 2018. Desses volumes, 800 mil são vendas previstas na Argentina este ano e 650 mil a 700 mil em 2019.

### **CARRO ELÉTRICO**

No salão, a GM anunciou que passará a vender em 2019 no Brasil o elétrico Bolt, fabricado nos Estados Unidos e que será importado para o país. Ele não revelou estimativas de vendas, mas afirmou que o preço do modelo, vendido por cerca de 35 mil dólares nos EUA, será de 175 mil reais.

O carro será o primeiro elétrico da GM vendido no mercado brasileiro e chegará no Brasil apesar das indefinições do governo brasileiro quanto a incentivos para o segmento de veículos elétricos no país.